

“O Império contra-ataca”: notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana¹

Aloisio Teixeira

Esse texto,² redigido propositadamente sob a forma ensaística, tem por objetivo submeter à discussão algumas hipóteses provocativas sobre o fundamento da dominação americana no atual quadro das relações internacionais. O autor já se defrontou com esse tema anteriormente,³ mas as conclusões a que chegou na época revelam-se hoje pelo menos insuficientes, se não equivocadas. Rever aquelas conclusões reveste-se assim da boa norma que deve reger a conduta acadêmica.

Interpretando, ali, as conseqüências da reviravolta ocorrida na economia mundial, a partir do final dos anos 70, quando os Estados Unidos inverteram a mão de sua política econômica, elevando brutalmente a taxa de juros e forçando a revalorização de sua moeda, a conclusão foi que vivíamos um período de desestruturação da ordem econômica mundial, cujo fundamento era a crise da hegemonia americana. Essa visão, apoiada em uma análise de supostos “desequilíbrios macroeconômicos” da economia norte-americana e no aparente êxito do processo de reestruturação industrial, levado a cabo pelos rivais dos Estados Unidos no mundo capitalista, ia mais além, apontando para um quadro em que não se visualizava nenhuma tendência à constituição de uma nova ordem mundial.

Textualmente, ali se dizia: “Ainda que se reconheça que o Japão constitui um novo sistema fabril, mais eficiente que o norte-americano, e que é ele quem fornece o paradigma da reestruturação; ainda que se admita que o Japão talvez já seja a maior potência financeira do globo, com seus grandes bancos ocupando os primeiros lugares no *ranking* mundial, mesmo assim a conclusão não pode ser outra: tais fatos abalam os fundamentos da hegemonia americana, mas não permitem a constituição de uma nova hegemonia, uma vez que o Japão não pode estabelecer-se nem como centro cíclico principal nem como potência ordenadora da moeda internacional. Os Estados Unidos continuarão a ser a maior economia do

(1) Texto apresentado em seminário promovido pelo Projeto Fapesp: “Liberalização, estabilidade e crescimento (Balanço e perspectivas da experiência brasileira nos anos 90)”.

(2) O autor tem uma dívida de gratidão para com Maria Mello de Malta e Rômulo Tavares Ribeiro, dois dos mais brilhantes economistas da nova geração, que honraram com sua participação o curso de Experiências Industriais Comparadas, oferecido no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da UFRJ, durante o primeiro semestre de 1999; foi em um seminário desse curso que apresentaram a idéia original aqui exposta. Ver Malta & Ribeiro (1999).

(3) Cf. Teixeira (1994).

mundo e continuarão a desempenhar um papel imperial nas relações internacionais”.

Passada mais uma década, aquelas previsões não se confirmaram e o que caracteriza o atual quadro é uma brutal assimetria,⁴ em qualquer plano relevante para o exercício do poder no sistema de relações internacionais, opondo os Estados Unidos, de um lado, e o resto do mundo, de outro. A aparente convergência, observada em termos de produtividade (seja lá o que isso signifique), de desenvolvimento tecnológico e de padrão de vida, entre os países centrais, apenas disfarça a diferença abismal de poder financeiro e militar, que torna incontrastável a liderança americana.

Certamente a história do capitalismo jamais viveu um quadro como esse. Isso vale para o período anterior a 1815, ano em que se encerram as guerras napoleônicas; para o longo século XIX, quando a *pax britannica* não impediu o surgimento de potências industriais e militares tão grandes ou maiores que a Inglaterra; para o entreguerras, longo período de crise hegemônica e conflitos interimperialistas; e para o pós-Segunda Guerra, quando a hegemonia americana se exerceu nos marcos da bipolaridade. Em todos esses períodos, a existência (ou não) de um poder hegemônico não eliminava a existência de um relativo (e presumido) equilíbrio de forças, que permitia às potências emergentes desafiar a potência dominante.

A singularidade da situação atual reside em um radical desequilíbrio das relações de poder, cuja base é o controle quase absoluto que os Estados Unidos exercem sobre os três pilares básicos da dominação capitalista – a inovação tecnológica, a moeda e a força militar.⁵ Mas essa constatação, por si só, não explica o quadro atual. Para explicá-lo, deve-se recorrer a uma nova hipótese capaz de explicar o que permitiu que as alavancas de poder do capital se concentrassem em um único país. E a hipótese aqui avançada é que isso decorre de uma mutação genética ocorrida no próprio DNA do capitalismo.

Marx (1994) começa o Livro 1 de *O capital* com uma célebre frase em que afirma: “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (p. 41). A hipótese que formulamos é que a concentração de poder em mãos dos Estados Unidos e o desequilíbrio que caracteriza as relações internacionais atualmente se fundam em mutação ocorrida na natureza dessa forma elementar ou dessa célula fundamental das sociedades capitalistas: a mercadoria universal ou o equivalente geral da mercadoria.

(4) A idéia foi apresentada por Maria da Conceição Tavares, em seminário no Instituto de Economia da UFRJ.

(5) Ver Cardoso de Mello (1997).

Antes de tornar mais clara essa hipótese, retomemos o movimento histórico. A referência que todos os analistas da cena mundial fazem ao ano de 1979 como marco das transformações recentes justifica-se. Naquele ano, os Estados Unidos adotaram duas medidas estratégicas que iriam influenciar o rumo dos acontecimentos nas décadas seguintes:

- no plano da política econômica, a brutal elevação da taxa de juros e a conseqüente revalorização do dólar, com o objetivo de submeter seus parceiros no mundo capitalista;
- no plano estratégico-militar, com a adoção de programas armamentistas de alto conteúdo tecnológico, visando dobrar a União Soviética e exaurir sua capacidade financeira.

As conseqüências dessa reviravolta são por demais lembradas: a recessão norte-americana e mundial, a quebra do euromercado, a crise da dívida que atingiu não só a periferia capitalista mas o próprio mundo socialista e, a partir de 1983, a retomada do crescimento econômico dos Estados Unidos, que haveria de se prolongar até o fim da década; por outro lado, o fim da União Soviética e do próprio bloco socialista.

A leitura feita pela maioria dos analistas convergiu para a opinião de que, se era verdade que os Estados Unidos haviam deslocado suas peças no tabuleiro com vistas a restaurar sua dominação, seus parceiros e competidores no mundo capitalista haviam contra-atacado e, de tal modo, que pareciam estar tendo a iniciativa no jogo. Em outras palavras, as tentativas norte-americanas de manter a supremacia do dólar haviam levado os demais países do centro capitalista, Japão e Alemanha à frente, a empreenderem uma bem-sucedida reestruturação industrial, provocando mudanças na divisão internacional do trabalho, que explicitam a vulnerabilidade dos Estados Unidos, abalando os fundamentos de sua hegemonia e acarretando efeitos altamente desestabilizadores na ordem econômica mundial.⁶

O aparente êxito desse processo de reestruturação – principalmente por parte da economia japonesa, que parecia estar fundando um novo padrão manufatureiro, muito mais competitivo que o americano – dava a idéia de que se caminhava se não a uma nova ordem mundial, baseada em novo poder hegemônico, pelo menos a um maior equilíbrio de forças e interdependência entre os três grandes. Ademais, a persistência e até a ampliação dos déficits fiscal e comercial dos Estados Unidos reforçavam a idéia de um desequilíbrio estrutural na economia americana e, quando sobreveio a recessão de 1990, que parecia, por seu caráter indesejado (diferentemente do que ocorrera no início da década), ser o fim de um longo ciclo de crescimento, tudo combinava para parecer confirmar as teses

(6) Constitui exceção a essa tendência geral o ensaio de Maria da Conceição Tavares, publicado originalmente em 1985, no qual a professora, em um *insight* genial, percebeu a reconquista pelos Estados Unidos de seu status de potência dominante. Ver Tavares (1997).

catastrofistas, levando a supor que se estava na iminência de nova crise, dessa vez agônica e talvez definitiva.

Dez anos depois, o que se observa? A recessão de 90 nada mais foi que um soluço na trajetória norte-americana, em um longo ciclo de crescimento que já se estende por duas décadas, sem inflação, sem desemprego e, agora, sem déficit público, e permitindo a recuperação de competitividade nos setores de ponta do desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, o resto do mundo e, principalmente, os supostamente poderosos rivais dos Estados Unidos, enfrentam continuadas dificuldades para reconstituir mecanismos e trajetórias estáveis de crescimento econômico.

A explicação para tão profunda alteração, que contraria a tendência que se afirmara no cenário mundial desde os anos 60, reside na ruptura entre o dinheiro, como manifestação abstrata da riqueza, e uma mercadoria singular, o ouro, que lhe dava forma e expressão.

Não se trata aqui de uma discussão teórica sobre a natureza do dinheiro, mas simplesmente de observar que a forma concreta que o dinheiro assume nas relações econômicas internacionais modificou-se de forma radical e absoluta. A idéia de Marx, de que “só no mercado mundial adquire plenamente o dinheiro o caráter de mercadoria cujo corpo é simultaneamente a encarnação social imediata do trabalho humano”,⁷ já não pode ser entendida em seu sentido original.

Afinal, o que foi o padrão-ouro que vigorou no longo século XIX? Todos sabemos que, naquela época, o ouro não circulava como meio efetivo de pagamento nas relações econômicas entre os países no mercado mundial. Desequilíbrios no balanço de pagamentos não eram seguidos por movimentos de entrada e saída de ouro, permitindo a operação dos famosos “mecanismos automáticos de ajustamento”. O ouro, na verdade, deslocava-se muito pouco, pois o verdadeiro meio de pagamento internacional era a libra esterlina, ou, mais precisamente, as letras de câmbio emitidas contra as *acceptance houses* de Londres e descontadas por suas *discount houses*, tornando a Inglaterra o banqueiro do mundo e a *city* londrina, a câmara de compensação. À base de tudo isso, estava a posição verdadeiramente monopolista que os bancos ingleses ocupavam no comércio e nas finanças mundiais.

No entanto, o que era a libra? Uma parte alíquota do ouro, em uma proporção adotada em 1816, que retomava a definição que Newton lhe dera em 1717, quando dirigiu a Casa da Moeda: uma moeda de ouro – o “soberano” – representava uma libra esterlina e pesava 7,988g a 11/12 de ouro fino; ou, o valor

(7) Ver Marx (1994: 157). A passagem, na íntegra, é a seguinte: “Para circular fora da esfera nacional, despe-se o dinheiro das formas locais nela desenvolvidas de estalão dos preços, moeda divisionária e símbolo de valor, e volta a sua forma original de barra de metais preciosos. No comércio mundial, as mercadorias expressam seu valor universalmente. Por isso, sua forma autônoma de valor confronta-as como dinheiro universal. Só no mercado mundial adquire plenamente o dinheiro o caráter de mercadoria cujo corpo é simultaneamente a encarnação social do trabalho humano abstrato. Sua maneira de existir torna-se adequada a seu conceito”.

de uma onça de ouro, a 11/12 de ouro fino, era de 3 libras, 17 xelins e 10 ½ pence. E toda a política econômica da Inglaterra, no decorrer do longo século XIX, tinha por objetivo exatamente sustentar a paridade ouro de sua moeda, através da variação da taxa de desconto praticada pelo Banco da Inglaterra.

O significado desse quadro é a existência de uma restrição externa ao exercício da política econômica, que se expressava na busca do equilíbrio da balança de pagamentos em transação corrente. Enquanto essa política revelou-se eficaz – menos por virtude da própria política do que pela posição quase-monopolista do sistema bancário inglês –, a Inglaterra contornou essa restrição e manteve sua hegemonia comercial e financeira no mundo capitalista, mesmo já tendo perdido sua supremacia industrial, ao final do século. Quando o monopólio bancário inglês rompeu-se na Primeira Guerra Mundial, foi-se, junto com a água do banho, a criança: todas as tentativas inglesas de restaurar a supremacia da libra foram infrutíferas. E, com isso, a restrição externa ao desempenho da economia inglesa passou a pesar.

Se considerarmos o padrão monetário internacional adotado em Bretton Woods, verificamos que, apesar de algumas salvaguardas adotadas na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, que se realizou naquela cidade em 1944, ele manteve algumas das características básicas do sistema anterior. No fundo, ainda era um padrão-ouro-divisas, só que fundado no dólar, à razão de US\$ 35 por onça de ouro.⁸ E, durante quase 30 anos, a política econômica norte-americana viu-se colocada diante do “dilema de Triffin”, expressão da restrição externa posta pela paridade fixa dólar-ouro: se os Estados Unidos realizassem superávites em balanço de pagamentos, estariam enxugando a liquidez mundial e inibindo a expansão do comércio mundial e o próprio crescimento econômico; mas, se permitissem que seu déficit aumentasse, a credibilidade em sua moeda poderia ser abalada e precipitar um colapso no funcionamento do sistema internacional.

Ao longo desse período, particularmente a partir do final dos anos 50, quando se manifesta a primeira crise de confiança no dólar, todos os esforços dirigiram-se ao objetivo de contornar o “dilema de Triffin”. Assim, as medidas restritivas tomadas desde os primeiros anos 60⁹ tiveram essa finalidade; mais não fizeram, no entanto, que sancionar, no plano institucional, os anseios de expansão e integração do capital em seu circuito internacionalizado. Como as grandes corporações industriais norte-americanas já se haviam instalado no espaço econômico europeu, as restrições ao movimento de capitais adotadas pelo governo

(8) Esse valor foi adotado em 20 de abril de 1933, através do *Gold Reserve Act*, que desvalorizou a moeda norte-americana, até então negociada à razão de US\$ 20,67 por onça de ouro, em uma tentativa de estimular as exportações e, com elas, a atividade econômica interna, gravemente afetadas pela crise de 1929.

(9) Referimo-nos aqui, em particular, ao *Interest Equalization Tax (IET)*, ao *Voluntary Credit Restriant Program (VCPR)* e aos controles *On Foreign Direct Investment (OFDI)*, sucessivamente adotados ao longo dos anos 60, com a finalidade de controlar o fluxo de dólares para o exterior.

americano levaram seus grandes bancos a transpor as fronteiras do país, restabelecendo à escala internacional, em sua íntegra, o circuito de reprodução do capital. A consequência foi a formação do mercado de eurodólares, que, ao se expandir, não só alimentou, através do sistema bancário privado, a transnacionalização global do sistema capitalista, como se constituiu de forma a escapar paulatinamente do controle dos instrumentos tradicionais de política econômica, inclusive por parte do *Federal Reserve* norte-americano.

Na impossibilidade de sustentar simultaneamente o valor da moeda e a competitividade das exportações norte-americanas – manifestação da restrição externa que pesava sobre a política econômica norte-americana – está a base dos movimentos especulativos desenfreados e descontrolados, que marcam a virada da década de 60 para a de 70, bem como da crise monetária internacional que se segue e cujo desfecho foi a ruptura do padrão de Bretton Woods.

O que acontece, exatamente, nesse momento? Os Estados Unidos, para superar o “dilema de Triffin”, desvalorizam o dólar, inicialmente, e suspendem sua conversibilidade, para depois evoluir definitivamente para um sistema de taxas de câmbio flexíveis. Entre os objetivos perseguidos por essas decisões, estava certamente a tentativa de expurgar o ouro (essa “reliquia bárbara”) do sistema monetário. Só que havia uma incompatibilidade de objetivos. O dólar desvalorizado revelou-se incapaz de restabelecer a supremacia industrial dos Estados Unidos no plano mundial, ainda que tenha impedido a continuada deterioração de sua balança comercial, na conta de manufaturados; a mudança de preços relativos, que se seguiu ao primeiro choque do petróleo, incitou as empresas a abandonarem os programas de economia de energia, o que levou a balança comercial a tornar-se deficitária em 1976 e a assim permanecer até o fim da década.

O dólar desvalorizado, portanto, não deteve a tendência declinante da indústria americana e, além disso, impediu-a de permanecer em uma posição central no sistema internacional, minando sua capacidade de ordenamento dos fluxos financeiros e de regulação das políticas macroeconômicas no plano mundial, além de agravar as condições de financiamento público interno e de gerar pressões inflacionárias no país.

Se, portanto, um dos objetivos da desvalorização cambial do início dos anos 70 fora expurgar o ouro e manter o dólar como moeda internacional, o resultado alcançado estava sendo o contrário do pretendido. O dólar enfraquecido estava deixando de ser a moeda internacional, pois, embora continuasse a ser “meio de pagamento” (já que os preços do petróleo e de grande parte das commodities continuavam denominados em dólar), estava deixando de ser “reserva de valor”: bancos centrais e detentores privados de riqueza líquida vendiam dólares e adquiriam marcos alemães, francos suíços, ativos “reais” e,

evidentemente, prata e ouro. Essa foi a época dos mercados plurimonetários¹⁰ e das intermináveis discussões sobre a adoção de um novo padrão monetário internacional.

Voltemos a 1979 e recordemos a história. O cenário era Belgrado (exatamente Belgrado); o mês, setembro; o enredo, a reunião mundial do FMI. O quadro que se apresentava, seis anos após a ruptura do padrão monetário adotado em Bretton Woods, vinha gerando graves ameaças à supremacia financeira americana. A reunião explicitava a crise, pois tudo o que pediam, a burocracia da instituição e os representantes dos países membros, era um novo padrão monetário, que se adotado, estaria, inexoravelmente, baseado na “remonetização do ouro”. Vitoriosa essa tese, a consequência imediata seria o colapso do dólar e, em sua esteira, o desmoronamento da economia americana pelo agravamento das restrições externas ao financiamento público e da inflação interna.

Paul Volcker, então presidente do *Federal Reserve* e representante americano na reunião, percebeu claramente o dilema e tratou de escapar, sem dar conhecimento a ninguém das razões de seu desaparecimento. Menos de uma semana depois (6 de outubro), já em Washington, anunciou a reviravolta da política econômica americana.¹¹ As medidas adotadas incluíam aumento da taxa de descontos do *Federal Reserve*, mas não só. A forma de condução da política monetária foi alterada, deixando-se de controlar a taxa de juros para se passar a controlar os agregados monetários. Isso implicava aumento das reservas compulsórias exigidas dos bancos, em suas operações domésticas, e também a imposição de reservas sobre a captação de empréstimos em eurodólar por parte dos bancos.¹² Além disso, o *Federal Reserve* ainda passou a exigir dos bancos compromissos para restringir o financiamento de atividades especulativas, particularmente no mercado de commodities.

A adoção dessas medidas despertou imediata reação por parte do sistema econômico norte-americano, dando início a uma verdadeira queda-de-braço entre o FED e as grandes corporações, que duraria mais de quatro meses. As grandes corporações continuaram a abandonar suas posições em dólar, comprando ouro, prata e outros ativos, forçando sua alta nos mercados. Os preços internos americanos, impulsionados por novo choque do petróleo, não paravam de crescer. Nem se reduzia a expansão do crédito: ao invés de tomarem empréstimos em Nova Iorque, as grandes corporações transferiram sua demanda por recursos para as agências no exterior, que não estavam sujeitas às regulamentações do FED. Dessa forma, os bancos puderam desconhecer a nova política monetária e continuar a financiar a especulação nos mercados de ouro e prata.

(10) A expressão é do professor José Carlos Miranda. Ver Miranda (1992).

(11) Ver Moffitt (1984: 176 e seg.).

(12) Até 6 de outubro de 1979, não havia exigência de reservas para esse tipo de operações, o que vinha permitindo que os bancos ampliassem o crédito doméstico com recursos captados através de suas agências e filiais no exterior.

Volcker não estava, no entanto, disposto a se deter e não perdeu sua oportunidade, quando esta se apresentou. Após a queda do xá, os iranianos, sob a passiva benevolência do novo governo, invadiram a embaixada americana e fizeram de seus funcionários reféns. E, diante da ameaça do governo iraniano de retirar seus depósitos dos bancos americanos, o governo dos Estados Unidos não hesitou. Diante da perplexidade do mercado financeiro internacional, congelou os depósitos iranianos nos bancos norte-americanos, nos Estados Unidos e no exterior, bem como os ativos iranianos, inclusive em ouro, depositados no Banco da Reserva Federal de Nova Iorque. O governo norte-americano permitiu, no entanto, que os bancos compensassem os empréstimos pendentes do governo do Irã com os depósitos congelados. Essa decisão favoreceu os grandes bancos, detentores dos depósitos, pois permitiu-lhes declarar em default todos os empréstimos iranianos, confiscando seus recursos depositados; os bancos menores, que só tinham posições ativas em suas relações com o Irã, pagaram o preço da decisão, pois não tinham depósitos para compensar o inadimplemento de seus tomadores.

Sem dúvida, essa era uma medida destinada a provocar graves conseqüências, pois retirava do euromercado sua aura de inatingibilidade pelas crises políticas.¹³ A conseqüência imediata, no entanto, foi uma fuga dos excedentes dos países árabes para posições em ouro, cuja cotação disparou, atingindo níveis superiores a US\$ 800 a onça, em janeiro de 1980. Quando nada parecia dar certo, Volcker, em março, impôs à economia controles creditícios compulsórios. E, dessa vez, a reação foi imediata. Já no segundo trimestre do ano, a economia norte-americana teve a pior contração de que se tem notícia, com uma redução do nível de atividades de quase 10%. Os preços do ouro despencaram, com os aplicadores trocando suas posições para ativos denominados em dólar, atraídos por suas altas taxas de juros. Com isso, a moeda americana valorizou-se.

Vista não mais com o microscópio, mas com o telescópio, e desprezando as peripécias de uma disputa que se prolongou por mais de quatro meses, a nova estratégia consistiu em elevar as taxas de juros em dólar a patamares irresistíveis para atrair o fluxo de recursos para ativos denominados em dólar. Para dar curso a essa estratégia, o *Federal Reserve* não hesitou em lançar a economia americana em uma brutal recessão, arrastando consigo o resto do mundo. Mas a riqueza líquida abandonou suas posições em ouro, prata e outros ativos e correu para os ativos denominados em dólar.

As conseqüências foram imediatas: o dólar revalorizou-se e o euromercado implodiu, com a interrupção do fluxo de recursos para bancar suas posições ativas, obrigando uma contração brusca da oferta de crédito;

(13) Vale lembrar que, na origem do euromercado, estão os depósitos soviéticos em bancos europeus ocidentais, particularmente na Inglaterra, com a finalidade de preservar suas reservas, em caso de um eventual conflito bélico com os Estados Unidos.

impossibilitados de rolar suas dívidas, os países devedores não tinham como pagá-las, a não ser agravando as já recessivas condições de funcionamento de suas economias – e isso atingia não só a periferia do sistema capitalista, mas também o sistema socialista. Mas o *Federal Reserve* retomou o controle sobre os bancos americanos e sobre o conjunto do sistema financeiro internacional. O crédito interbancário passou a dirigir-se para os Estados Unidos, com o que ficava submetido à regulamentação das autoridades monetárias americanas.

A novidade não está na descrição dos fatos, mas em sua reinterpretação. Ao promover essa radical transformação no modo de operação da economia internacional, os Estados Unidos, de fato, a tornaram uma espécie de zona de influência do dólar. Ou, melhor dito, restaurando a centralidade do dólar no sistema monetário internacional e a autoridade do *Federal Reserve* sobre os movimentos de capital, os Estados Unidos passaram a atuar não apenas como banqueiro do mundo e câmara de compensação das operações de débito e crédito internacionais, mas como banco central da economia mundial, criando passivos que se tornam o único ativo capaz de desempenhar simultaneamente as funções de medida dos valores, meio de troca e reserva de valor, e podendo operar, internacionalmente, os instrumentos típicos do controle monetário.

Essa é uma situação radicalmente diferente da que se estabelecera com o sistema de Bretton Woods. Nas regras ali estabelecidas, embora o dólar assumisse a função de moeda internacional, o padrão monetário estava vinculado ao ouro, o que acabava por levantar restrições externas ao funcionamento da economia americana, incapaz de garantir a competitividade de sua economia e, ao mesmo tempo, preservar o valor dos ativos denominados em dólar. Agora estava definitivamente rompido o conúbio espúrio com o ouro, privado que foi, e de uma vez por todas, de suas funções monetárias.

Essa situação, no entanto, não é única apenas na história do capitalismo. Ela o é na história da humanidade. As mudanças operadas na economia monetária internacional não dizem respeito apenas a uma elevação do preço da mercadoria universal e todas as suas possíveis conseqüências. Elas dizem respeito a uma mudança da natureza do equivalente geral, que deixa de estar referido a qualquer mercadoria real e passa a ter uma existência exclusivamente fiduciária.

Essa é a novidade que caracteriza o novo quadro mundial e que permite aos Estados Unidos assumirem o comando das principais alavancas do poder capitalista. Ao impor ao mundo a soberania do dólar (e de um dólar desvinculado do ouro), a economia americana passou a uma situação em que não está mais sujeita a restrições de balanço de pagamentos. Pode com isso importar livremente e, dessa forma, reestruturar seu parque industrial, praticando déficits comerciais gigantescos; o problema é do resto do mundo. Pode adotar as estratégias que bem entender, tendo em vista a manutenção de seu crescimento interno, desconhecendo – se assim o quiser – os problemas que cria para seus parceiros; estes que se

ajustem como puderem. E, diante de qualquer ameaça externa, pode reativar a fórmula mágica salvadora, tornando a elevar a taxa de juros e fazendo refluir para os ativos denominados em dólar a riqueza líquida espalhada pelo mundo.

A que corresponde essa forma tão peculiar pela qual se exerce a predominância norte-americana? Poderíamos chamá-la de hegemonia? Dificilmente, se nos ativermos ao conceito que Gramsci emprestou a essa palavra. Esse autor estava se referindo ao processo pelo qual um grupo social conquista seus aliados, revela sua capacidade de dirigir o sistema de alianças e obtém a aprovação dos governados – exerce enfim uma liderança com consentimento.

Por certo, o uso dessa palavra nos textos de Gramsci assume variados e diferentes significados, mas esse, relacionado à liderança que um grupo social exerce sobre os grupos afins e aliados, é o que predomina; é disso que trata quando fala em “direção intelectual e moral” e em “hegemonia ético-política”. E, mais, essa liderança tem que ser conquistada antes de alcançar o poder político, sendo uma condição para o seu exercício, bem como deve ser mantida para que o poder seja estável.

Ainda que o conceito, tal como Gramsci o apresentou, implique também hegemonia econômica, pois o grupo que aspira ao poder tem que demonstrar que os interesses que expressa convêm a todos, é no plano da política que ele se realiza, através de processos de conquista e convencimento de aliados e de formação de um bloco de forças capaz de tomar o poder e sustentá-lo de forma duradoura.

Gramsci contrapõe explicitamente o conceito de hegemonia ao de dominação, que corresponderia ao exercício do poder político pelo Estado e que se afirmaria contra os grupos antagônicos. O campo da hegemonia é por isso, essencialmente, o da sociedade civil. Essa dicotomia, Gramsci vai buscá-la em Maquiavel, que vê o poder como uma combinação de consentimento e coerção.

O uso generalizado do termo hegemonia, aplicado às relações internacionais, irrompeu na segunda metade dos anos 70 e prolongou-se pelos 80, exatamente em decorrência da crise da liderança americana e da leitura imediatista e apressada que a maioria dos analistas do quadro internacional realizou após a reviravolta de 1979. Praticamente todos viram as mudanças da virada da década certamente como uma tentativa americana de restaurar sua liderança, mas que levariam à desorganização definitiva da economia mundial, sendo a recessão, a instabilidade financeira e a crise da dívida não episódios de um processo de acomodação, mas movimentos recorrentes que marcariam o quadro internacional daí para a frente.

Certamente não são esses os traços que caracterizam as relações que os Estados Unidos mantêm com os demais países e povos do mundo. Nenhum dos “aliados” americanos do centro capitalista está satisfeito com o quadro atual, como

menos satisfeitos ainda estarão os povos espalhados pelos quatro cantos do planeta.

A nova forma de dominação – a liderança independente do consentimento – com que os Estados Unidos submetem a todos manifesta-se, antes de mais nada, em sua capacidade de tomar decisões, movidos unicamente por razões internas, desconhecendo solenemente o fato de que essas decisões afetam substancialmente todos os povos e países; é como se não precisassem mais se dar conta dos interesses e aspirações dos demais, que passam a ser considerados simplesmente como não-existentes.

Se não podemos usar o conceito de hegemonia, será que poderíamos usar o de imperialismo? Também não, se levarmos em conta o significado que assumiu no debate marxista do início do século. A palavra, na verdade, começou a ser usada na segunda metade do século passado, para designar a política inglesa sob Disraeli, de fortalecimento e expansão do império colonial britânico, quase como um sinônimo de colonialismo.¹⁴ No início deste século, no entanto, particularmente após o clássico texto de Hobson,¹⁵ as vertentes mais críticas do pensamento econômico ampliaram o conceito e passaram a associá-lo a formas específicas de dominação econômica: domínio dos mercados, das fontes de matérias-primas e de oportunidades de investimento. Independentemente das posições teóricas e políticas que se defrontaram naquele debate (e, como se sabe, são três as visões marxistas sobre o imperialismo¹⁶ – a de Lênin, para quem o fenômeno aponta para o ingresso do capitalismo em uma nova etapa; a de Kautski e Hilferding, que o consideram uma “política econômica” do capital financeiro; e a de Rosa de Luxemburg, que o vê como um atributo inerente à “natureza” do capitalismo), em qualquer caso ele está associado à expansão externa e à formação de impérios coloniais, no âmbito de acirrados conflitos entre as grandes potências capitalistas, dos quais resultaram duas guerras mundiais. Bem, não apenas os impérios coloniais desmoronaram, como a assimetria de poder militar torna impensável a possibilidade de uma nova guerra mundial. Não há potência capitalista capaz de desafiar os Estados Unidos nesse terreno.

A comparação, portanto, não deve ser feita com a *bourgeoisie conquérante* dos primórdios do capitalismo, capaz de expressar como universais seus interesses particulares, nem com as potências emergentes que entraram em pesadas disputas hegemônicas na primeira metade desse século, mas com Roma: estamos de volta ao Império. Esse é o único conceito que permite explicitar a natureza das relações que opõem os Estados Unidos ao resto do mundo.

Para que tudo isso não pareça muito pessimista e não se pense que chegamos ao “fim da história”, vale dizer que essa situação, sendo única na

(14) Ver Fieldhouse (1961) e Koebner (1949).

(15) Ver Hobson (1902).

(16) A questão está debatida em Teixeira (1994: 17 e seg.).

história e não tendo sido ainda completamente digerida pelos estudiosos da economia e da política mundiais, não é isenta de contradições. Apenas para não deixar de fazer referência, cabe especular, no plano político, sobre até que ponto, as velhas potências européias e os mais velhos ainda impérios asiáticos se conformarão com o papel coadjuvante a que vão sendo relegados. E, no plano econômico, lembrar que o fim do padrão-ouro, sem pompa nem circunstância, inaugura uma era de moeda internacional inteiramente fiduciária, ou seja, baseada na confiança; se essa vier a faltar, a crise que nos aguarda será de proporções ainda maiores do que as que temos experimentado. E, no plano social, se a comparação é com Roma, sempre podemos nos perguntar por qual fronteira os bárbaros começarão a se infiltrar no Império para demolir sua unidade.¹⁷

No que respeita ao Brasil, no contexto da América Latina, vale lembrar que Al Gore, candidato democrata à Presidência dos Estados Unidos, na conferência de imprensa em que apresentou seu programa, não fez nenhuma menção a esse subcontinente. E seu adversário republicano, George Bush, em situação semelhante, declarou que a América Latina não era prioritária em seu programa de governo. Essa desatenção em relação à região pode abrir espaços para que discutamos nossos problemas com mais liberdade, abrindo caminho para reverter o quadro adverso em que estamos imersos.

Aloisio Teixeira é doutor em
Economia pela Unicamp e professor titular
da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Referências bibliográficas

- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luis (Org.). *Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- FIELDHOUSE, D.K. Imperialism – an historiographical revision. *Economic History Review*, 2a. série, v. 14, n. 2, dec. 1961.
- HOBSON, J. A. (1902). *Imperialism – a study*. Michigan: Ann Arbor paperbacks, 1980.
- KOEBNER, R. The concept of economic imperialism. *Economic History Review*, 2a. série, n.1, aug. 1949.
- MALTA, M., RIBEIRO, R. T. *Uma explicação do funcionamento do padrão dólar flexível*. Rio de Janeiro: UFRJ. IEI, 1999. (Mimeogr.).
- MARX, K. (1867). *O capital*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- MIRANDA, José Carlos. *Câmbio, juros e fisco – A experiência internacional*. Campinas, SP: UNICAMP. Instituto de Economia, 1992. (Tese, Doutorado).

(17) A questão está discutida em Teixeira (1999).

MOFFITT, M. *O dinheiro do mundo – De Bretton Woods à beira da insolvência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luis (Org.). *Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997

TEIXEIRA, A. *O ajuste impossível – Um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

_____. Estados Unidos: a ‘curta marcha’ para a hegemonia. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Resumo

A principal característica da situação internacional hoje em dia é a assimetria de poder que opõe os Estados Unidos ao resto do mundo. O presente ensaio tem por objetivo discutir as razões dessa predominância norte-americana. A hipótese aqui assumida é que esse quadro tem origem em dois fatos: o primeiro foi a desmonetização do ouro e a adoção de um regime de câmbio flexível, na sequência da crise monetária do início dos anos 70; o segundo foi a reorientação da política monetária dos Estados Unidos, em 1979. A combinação desses dois fatores permitiu aos Estados Unidos libertarem-se da restrição externa na condução de sua economia e na gestão da economia internacional, pelo poder monopolista de emissão de moeda internacional sem referência a qualquer mercadoria real.

Palavras-chave: Economia internacional; Estados Unidos – Política econômica; Política internacional – Hegemonia norte-americana.

Abstract

The main characteristic of the international situation today is the difference in power that differs the United States from the rest of the world. This essay has the purpose to discuss the reasons for this North-American lead. The theory being defended here is that this situation has its origin in two facts: the first being the lost of the monetary role by gold and the adoption of a flexible exchange policy, following the monetary crisis in the beginning of the seventies. The second fact was the new direction that the US's monetary policy took after 1979. The combination of these two events allowed the United States to be free from any outside restrictions on conducting their economy as well as on leading the international economy by the monopolist power of emitting international money without references on any real merchandise.

Key words: International economy; United States – Economic policy; International politics – North-American hegemony.